

HABEAS CORPUS Nº 457.531 - RJ (2018/0163440-6)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : TIAGO FIGUEIRA RAMOS
ADVOGADO : TIAGO FIGUEIRA RAMOS - ES027761
IMPETRADO : JUIZ FEDERAL DA 2ª VARA DE CAMPOS DOS
GOYTACAZES - SJ/RJ
PACIENTE : IRENILDO DO NASCIMENTO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de IRENILDO DO NASCIMENTO apontando como autoridade coatora o Juízo Federal da 2ª Vara da Subseção Judiciária de Campos dos Goytacazes/RJ, que se deu por incompetente para apreciar o pedido de revogação da prisão preventiva do paciente ao fundamento de ter esgotado sua jurisdição após suscitar conflito negativo de competência perante o Superior Tribunal de Justiça.

Depreende-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 29/11/2017, posteriormente convertida essa custódia em prisão preventiva, pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 1º, inciso I, da Lei n. 8.176/1991, 180 e 304 do Código Penal.

Após o encerramento da instrução, o Juízo estadual, em 26/4/2018, declinou da competência em favor da Justiça Federal. Da mesma forma, o Juízo federal deu-se por incompetente, suscitando conflito negativo.

A defesa, ainda assim, requereu a revogação da custódia ao Juízo federal, que deixou de apreciar o pedido (e-STJ fl. 446).

No Superior Tribunal de Justiça instaurou-se o CC 15926.

Irresignada com o prosseguimento da prisão preventiva sem apreciação do pleito de soltura, a defesa impetrou o presente *writ*, no qual alega excesso de prazo na formação da culpa, ausência de fundamentação idônea para a custódia e desproporcionalidade da medida.

Requer o relaxamento da prisão do paciente.

Após as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pela designação do "juízo estadual da 3ª Vara Criminal da Comarca de Campos dos Goytacazes/RJ, para resolver, em caráter provisório, medidas urgentes, determinando-se a remessa do feito ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para julgar a impetração" (e-STJ fl. 480).

É, em síntese, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça, no dia 06/08/2018, ao julgar o CC n. 159.426/RJ, declarou a competência da 3ª Vara Criminal de Campo dos Goytacazes/RJ para julgamento da ação penal.

Consoante informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em 8/11/2018 foi proferida sentença condenatória pelo Juízo de piso, nos seguintes termos:

*Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na denúncia e, em consequência, CONDENO os réus IRENILDO DO NASCIMENTO, ISMAEL CARLOS FERREIRA SOARES e MARCELO MOREIRA DE ARAUJO e passo a aplicar-lhes as penas. Os réus são primários e ostentam bons antecedentes, conforme se verifica em suas FAC's de f. 298/307 e na certidão de f. 304. Atento a essas circunstâncias e as demais previstas no Código Penal, fixo a pena base da seguinte forma: Para o crime previsto no art. 180, § 1º do CP, fixo a pena base em 03 anos de reclusão cumulada com 36 dias multa. Torno a pena definitiva diante da inexistência de outras causas de alteração de pena previstas em lei penal. Para o crime previsto no art. 288 do CP, fixo a pena base em 01 ano de reclusão cumulada com 12 dias multa. Torno a pena definitiva diante da inexistência de outras causas de alteração de pena previstas em lei penal. Para o crime previsto no art. 304 do CP, fixo a pena base em 01 anos de reclusão cumulada com 12 dias multa. Torno a pena definitiva diante da inexistência de outras causas de alteração de pena previstas em lei penal. Diante da regra contida no art. 69 do CP, ficam os réus **IRENILDO DO NASCIMENTO, ISMAEL CARLOS FERREIRA SOARES e MARCELO MOREIRA DE ARAÚJO** definitivamente condenados a pena de **05 anos de reclusão cumulada com 60 dias multa**. O regime de cumprimento da pena será o **semiaberto**, conforme permissivo legal (art. 33, § 2º, 'b' do CP). Considerando que os réus não preenchem os requisitos elencados no artigo 44 do CP, deixo de substituir a pena reclusiva por restritiva de direitos. Fixo a pena de multa no valor unitário mínimo legal diante das condições econômicas dos réus. Outrossim, condeno os réus ao pagamento das custas judiciais e taxa judiciária (CPP, art. 804). Por derradeiro, considerando que os condenados encontram-se presos desde o início*

da persecução penal, mantenho a prisão cautelar como forma de garantia da aplicação da lei penal e resguardo da ordem pública, evitando-se a prática de novos delitos pelos mesmos ratificando o decreto prisional anterior. Frise-se que conforme entendimento jurisprudencial, quando o réu responde o processo na condição de preso desde o início, esta condição deve continuar até o trânsito em julgado da condenação, conforme art. 393, I do CPP. Neste sentido: HC 9492-65.2010.8.19.0000, TJRJ, 2ª Câmara Criminal, Rel. Des. Sidnei Rosa. Recomendem-se os réus na prisão em que se encontram, vez que não poderão apelar em liberdade, sendo suas prisões necessárias para garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal. Transitada em julgado, façam-se as comunicações necessárias, expeça-se Carta de Sentença e archive-se. De acordo com o Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 08/2013, oficie-se ao Coordenador da Secretaria de Administração Penitenciária determinando que se providencie a transferência do condenado para estabelecimento prisional compatível com o regime fixado na sentença P. R. I

Assim, diante da definição de competência e da prolação de sentença, fica sem objeto o pedido contido na inicial, em que a defesa insurgiu-se contra a custódia cautelar, visto que a restrição da liberdade, agora, decorre de novo título, não submetido ao pronunciamento do Tribunal de origem.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator